

RESSONÂNCIAS DO PATRIARCADO E PODER: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE *A MÃE DA MÃE DA SUA MÃE E SUAS FILHAS* DE MARIA JOSÉ SILVEIRA

Elane da Silva Plácido¹
Maria da Conceição Santos²

RESUMO: Este estudo busca expor as relações conflituosas de gênero e poder entre as personagens presentes da narrativa da escritora goiana Maria José Silveira. O casamento, dos séculos passados, segundo o que é mostrado na obra, funcionava como uma espécie de acordo entre as famílias dos cônjuges envolvidos, no qual ambas as partes mantinham interesses em comum diante da realização daquele casamento. Logo, a presente análise, de natureza crítico-literária, objetiva problematizar o casamento no contexto patriarcal, a fim de lançar um olhar crítico e questionador a respeito das relações de poder imputada pelos homens em detrimento às mulheres. Além disso, este estudo busca discutir sobre o lugar social e político ocupado pelas mulheres na obra. Para isso, com o intuito de contextualizar a relação de poderes entre os gêneros, evoca-se autores como: Figueiredo (2020); Butler (2001); Foucault (1988); e outros. De caráter não conclusivo, a presente análise busca contribuir para os estudos sobre o ser mulher e o patriarcado.

Palavras-chave: Casamento; Gênero; Literatura Brasileira; Relações de poder; Romance.

RESONANCES OF PATRIARCHY AND POWER: THE FEMALE REPRESENTATION IN THE ROMANCE *HER MOTHER'S MOTHER'S MOTHER AND HER DAUGHTERS*

ABSTRACT: This study aims to exposure the rowdy relations in genres and power between the characters within the narrative of the writer Maria José Silveira, who is from Goiania. The marriage, from the last centuries, as shown in the literary work, was a deal between the people's families involved in the marriage, where both parts had common interests realizing that wedding. Shortly, a present thought, critical literary in meaning, comes to discuss the marriage in a patriarchal context, in order to show a critical and questioning way about the power relations imputed from the men against the women. Besides, this study tries to discuss the social and political place occupied by women in this literary work. For this reason, with the aim of contextualize the power relation between the genres, evokes author like:

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), graduada em Letras pela Faculdade de Educação São Francisco - FAESF (2009). Orienta trabalhos de TCC na Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAf.

² Mestra em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui graduação em Letras Vernáculas pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (AGES -Paripiranga -BA). Professora de Literatura e Gramática.

Figueiredo (2020); Butler (2001); Foucault (1988) and others. Of a non-conclusive nature, this present work aims to contribute for the studies about being a woman and the patriarchy.

Keywords: Marriage; Gender; Brazilian Literature; Power relations; Romance.

Introdução

O texto literário nos faz refletir sobre diversos aspectos da condição humana, sobretudo, das questões de gênero. Desta forma, neste artigo, propomos problematizar o casamento e as relações de poder exercida sobre a mulher, que, durante séculos, foi vista como uma propriedade, como um objeto, como um corpo, que, para as ideologias dominantes das mais diferentes épocas, precisava ser dominado e controlado. Este pensamento, infelizmente, ainda prevalece nas sociedades, o que justifica os inúmeros casos de violência doméstica que acontecem todos os dias.

A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas é uma narrativa histórica, além de ser composta por uma narradora que tece comentários e apresenta ao leitor as precárias condições as quais as mulheres, em épocas distintas descritas na obra, foram submetidas.

No romance de Silveira, identificamos o jogo entre passado e presente, envolvendo o contexto histórico do Brasil, traçando a trajetória de uma família imaginária composta por 21 gerações, representadas pelas personagens femininas que presenciam acontecimentos históricos da invasão portuguesa até o contexto de pós-ditadura militar.

Maria José Silveira é goiana, nascida em Jaraguá-GO, no dia 6 de janeiro de 1947. Atualmente, mora em São Paulo onde tem se dedicado à literatura. É romancista, tradutora, editora, ensaísta e pesquisadora. Suas publicações se destinam a públicos diversos, sejam crianças e jovens, sejam adultos. Sua obra inaugural, no universo literário, foi o romance *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, objeto de análise deste estudo, publicado pela editora Globo em 2002, com reedição ampliada em 2019 pela mesma editora. Este romance recebeu o Prêmio Revelação da APCA, em 2002. Em 2021, foi finalista do Oceanos e do prêmio Jabuti com a obra *Maria Altamira*.

O primeiro romance de Silveira *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* já possui quatro traduções. A obra foi publicada em francês, pela *Denoel*, em inglês, pela *Open Letter*, em italiano, pela *Mondadori* e em chinês. A edição em inglês é vendida na *Amazon* com o título: *Her mother's mother's mother and her daughters*. Esta obra tem despertado o interesse de estudiosas do feminismo latino-americano por abordar uma narrativa da história de mulheres no Brasil, e com a perspectiva do feminino conquistando, assim, uma crítica conceituada.

Das obras de Silveira, destacamos também *Pauliceia de Mil Dentes* (2012), que foi lançada pela editora Prumo e foi finalista do prêmio Portugal Telecom. Outra obra reconhecida pela crítica foi *Maria Altamira* (2020), que foi indicada como finalista dos prêmios Jabuti, Oceanos e São Paulo em 2021. Suas últimas obras são: *Aqui. Neste Lugar* (2022), caracterizado

como uma obra distópica, publicado pela editora *Autêntica* em 2022; *Farejador de águas* (2023), que foi publicado pela editora *Instante* e *Céu Branco* (2024), publicado pela editora *Faria e Silva*.

Este recorte bibliográfico se fez interessante, a fim de situar o leitor sobre a trajetória literária da autora. Nessa direção, para esta pesquisa, vamos analisar apenas a sua obra inaugural, *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, cuja história se passa no século XVIII. Das várias mulheres que são citadas na obra, daremos destaque a personagem Clara Joaquina, cujas razões serão justificadas no decorrer desta análise. Cabe, ainda, salientar que o romance inicia no século XVI, ano de 1500, com a indígena Inaiá, até chegar ao ano de 2001, com Amanda, a última personagem incluída na reedição do romance.

Neste romance, os contextos históricos, do Brasil, reverberam, de algum modo, nas características comportamentais das personagens e, sobretudo, da narradora, que apresenta ao leitor uma genealogia de mulheres da mesma família, formada por mãe, filhas e avó, que contam sobre a vida de mulheres e as gerações de Inaiá. Dessa forma, a partir das mudanças históricas, políticas e sociais no romance, o leitor vai identificar, por meio da miscigenação, as construções das personagens, as regulações impostas pela sociedade e as punições sociais a começar pelas violências que as mulheres sofrem.

Identificamos, por meio das leituras e pesquisas realizadas, que os casamentos arranjados com a oferta de dotes, aspecto simbólico do passado, obrigavam muitas mulheres a se “casarem” contra a vontade. Por esse motivo, entendemos, neste estudo, a união conjugal como um acordo feito entre a famílias do noivo e da noiva, tendo em vista que o patriarca da família da noiva, por vezes, tinha a urgência de casar suas filhas, visto que o casamento era também a condição mais favorável para as mulheres naquela época, e não se “casar” representava um fracasso social. A esse respeito, Gilberto Freyre destaca que,

A mulher não tinha controle de si inclusive quando se tratava do que havia de mais íntimo: seus sentimentos e sua sexualidade. À mulher, passiva e vazia, inclusive anatomicamente, não era permitida a manifestação de seu interesse por um homem, lhe restando esperar pelo despertar da vontade deste. Caso isso se concretizasse, precisava ainda se submeter à vontade de outro homem: seu pai, que decidia - e muitas vezes negociava – sua vida através do casamento (Freyre, 2006, p. 56).

Mediante as inúmeras lutas e conquistas femininas alcançada ao longo do tempo, a literatura produzida a partir do século XX delineou novos caminhos para as personagens femininas, que, de mulheres subalternas e subservientes, como foram historicamente reproduzidas, passaram a ser tratadas enquanto expressões de resistência e denúncia sobre o poder masculino.

Retomando as discussões sobre o *corpus* que fundamenta este estudo, *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, destacamos que o casamento e a representação do feminino são trabalhados pela autora com a visão patriarcal de sociedade: casar implicava, de modo distintos para os pares envolvidos, um jogo de interesses. A mulher desejava, por diferentes razões, sair

da casa dos pais, aliás, não havia escolha quanto a isso: tinha que sair. O homem desejava uma mulher que limpasse, passasse e cuidasse de seus filhos.

Clara Joaquina e Diogo Ambrósio ocupavam posições distintas na sociedade patriarcal da época. Seus compromissos e interesses eram diferentes. Enquanto Diogo Ambrósio tinha mais liberdade por ser homem e ascender socialmente como um grande tropeiro rico, Clara Joaquina vivia confinada em prisões simbólicas, dentre elas, destacam-se: não tinha a liberdade desejada e, tampouco, possuía uma casa no espaço urbano, conforme ansiava conquistar com o casamento.

Hodiernamente, as mulheres, no casamento ou não, têm exercido um protagonismo social e político, que promove uma visão de mudanças, que as levam a resistir às dominações de poder, pondo em destaque as suas vozes que foram, por vezes, silenciadas. A escritora Maria José Silveira, ao idealizar uma narrativa que privilegia o posicionamento feminino, pois ainda que Clara Joaquina sofresse contra os poderes do patriarcado, ela resistia à sua maneira, visou destacar a situação social das mulheres nos vários contextos históricos do Brasil. Desse modo, pode-se conhecer e entender qual o lugar da mulher-esposa e como a ótica masculina patriarcal era desenvolvida.

Por meio da obra estudada, observamos que o lugar da mulher, representada por Clara Joaquina, é de desigualdade, discriminação e inferioridade. Assim, somados a esses fatores, tem-se a violência sofrida pela personagem, que, mediante as práticas de estrupo, sofre e é obrigada a gerar filhos.

Considerando os aspectos de gênero citados, este artigo propõe discutir a dinâmica do casamento no contexto patriarcal entre os personagens Clara Joaquina e Diogo Ambrósio, no romance *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (2002). Desse modo, a análise justifica-se como relevante, pois evidencia, por meio do texto literário, a situação da mulher no século XVIII, à medida que observa, ainda, como o poder masculino age e reduz a identidade feminina ao exercício da subserviência.

Para isso, será abordado autores como: Figueiredo (2020); Butler (2001); Foucault (1988); Beauvoir (2016), bem como citam-se ainda autores que se debruçam sobre sociedade, cultura e patriarcado, tais como: Magalhães (2017); Macedo (2015), Barroso (2007) e Freyre (2006). Trabalharemos, ao longo deste estudo, com os aspectos referentes ao lugar da mulher como esposa, as intersecções de poder entre os gêneros e as consequências dessas cercas simbólicas. Por fim, teremos as considerações finais, que reforçam e coroam as discussões tecidas.

O lugar da mulher e as intersecções de poder entre os gêneros

Nos últimos anos, a produção de autoria feminina tem se intensificado, na literatura brasileira, nos mais variados gêneros e formas – romance, conto, crônica, poesia, *slam* e no cordel. Entretanto, ainda são poucos os estudos críticos dessas autoras quando comparamos

com a produção de autoria masculina. Esse quadro é ainda mais preocupante em se tratando de escritoras negras, por exemplo, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Eliana Alves Cruz e outras. A invisibilidade das produções destas escritoras, no campo acadêmico, tem consequências quanto a circulação de suas obras entre o público leitor mais amplo, limitando o alcance desses textos, que registram o olhar e as experiências de uma parcela significativa da população brasileira.

Nessa direção, a obra de Maria José Silveira é pouco explorada no universo acadêmico, o que é preocupante, pois o conteúdo explícito da narrativa é de um valor crítico imensurável, no que diz respeito, sobretudo, ao debate sobre a subjugação de gênero. A personagem Clara Joaquina é a representação de um ser social que, infelizmente, foi configurado em um universo feminino reprimido, mas que, apesar disso, se movimenta na busca de sonhos inerentes ao ser mulher.

A literatura de autoria feminina, seja ela branca ou negra, expõe assuntos importantes de forma crítica e reflexiva sobre as mulheres. Esse fato faz com que o lugar de fala do feminino seja representado por meio da apresentação da realidade, levando o leitor a questionar práticas sociais, como afirma Terry Eagleton:

As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são as formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a ‘mentalidade social’ e ideologia de uma época (Eagleton 2011, p. 19).

Por meio da ideologia de uma época, podemos discutir aspectos importantes relacionados às obras literárias. Nesses aspectos, pode-se observar que, por meio da narrativa em análise, *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, identificamos como a relação matrimonial se dera no passado e, aliás, ainda hoje.

Isso posto, como já citado, o enredo da obra ocorre em um período histórico situado entre o século XVI e XXI. Em relação a esses momentos históricos, inferimos que em ambos os momentos políticos, a mulher, no contexto da obra, não tem o seu lugar reconhecido, uma vez que o poder ou os resquícios do patriarcado a coloca em uma posição de opressão, dominando-a e discriminando-a. Deste modo, observamos que, ainda que Clara Joaquina pertença a uma família abastada para o tempo - leu muitos livros e frequentou boas escolas -, o contexto que está inserida a obriga a permanecer em um casamento no qual é humilhada e subjugada.

De acordo com Guacira Lopes Louro (2020, p. 454), “O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma”. Esse fato se justifica, pois o lugar da mulher-esposa era no contexto do lar, sendo mãe e esposa, e, sobretudo, submissa ao marido.

Nesse sentido:

Era para isso que precisava de uma esposa, e ela, apesar de sua irritante moleza, parecia saudável, pelo menos isso. Decidiu que a deixaria na casa da fazenda para lhe fazer os filhos e cuidar deles. Essa seria a vida dessa pamonha de mulher, e pronto (Silveira, 2002, p. 166).

Sobre o romance analisado, destacamos que o objetivo de Diogo Ambrósio com o casamento era o enriquecimento: “sua ambição era ser mais rico e importante que o pai” (Silveira, 2002, p. 161) e, além disso, objetivava também ter filhos. Assim, observa-se que a função social da mulher no século XVIII³ - ser mãe e esposa - , ainda se ramifica no século presente com algumas mulheres (o leitor percebe esse fato claramente na narrativa de Silveira), o que nos faz questionar: em que medida a condição do eu feminino avançou no cenário patriarcal, atual? Até que ponto os direitos femininos, até então conquistados, não são vistos como privilégios? Estas perguntas esperamos que o leitor, atento, responda ou, quem sabe, alce debates sociais sobre.

De forma concomitante às questões pontuadas que envolvem a subjugação da mulher, Magali Engel (2020, p. 332) destaca que: “a mulher foi submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que asseguraram o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe”.

Neste estudo, chamamos a atenção do leitor para o fato de que, ao refletirmos sobre a condição da mulher na sociedade, usaremos os verbos no passado na tentativa de enfatizar o século XVI - marco temporal que Silveira começa a confeccionar a narrativa e período histórico no qual a subordinação da mulher se deu com muito vigor. Nesse contexto, o comportamento esperado e aceito para as mulheres é que elas se tornassem esposas, dona do lar e, principalmente, mães. Caso elas se abstivessem desse papel, seriam desprestigiadas pela sociedade com preconceito e caracterizada como alguém a quem o respeito não era um direito. De acordo com Engel (2020, p. 332-333): “sua incapacidade e/ou recusa em cumprir as obrigações morais designadas eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais”.

Nesse sentido, fugir das formas de dominação era impossível, pois as mulheres eram vigiadas e controladas pela família e sociedade. Judith Butler destaca que, “a norma é uma medida e um meio de produzir um padrão comum, e tornar-se um exemplo da norma não é esgotar a norma, mas é tornar-se sujeito a uma abstração do senso comum” (2014, p. 264). A partir disso entendemos que os padrões comportamentais impostos pelo patriarcado são formas de controle que visam manter a ordem do sistema por meio da manutenção de princípios e valores já enraizados dentro do estereótipo do senso comum.

Observamos, como já citado e mostrado, no romance *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* relações de imposição de poder, vejamos um outro exemplo: “O casamento com moça herdeira de boas lavras lhe pareceu mais um excelente negócio, um negócio que acrescentaria

³ Período histórico no qual a submissão do gênero feminino em relação ao masculino se deu com tamanha proporção. A cobrança para que a mulher fosse mãe e esposa nunca se mostrou tão intensa como neste período. De outro modo, foi no século XVIII que o patriarcado encontrou seu melhor momento, segundo Freyre (2006).

barras de ouro fino e mais prestígio ao muito que já tinha" (Silveira, 2002, p. 161). Nesta passagem, identificamos o principal objetivo de Diogo com o casamento: adquirir mais poder e prestígio com o dote que receberia. Diante do exposto, neste caso, entendemos que o casamento era visto como um bom negócio, como observado na citação acima, pois o objetivo era obter mais dinheiro com o dote. O pensamento do personagem corrobora com os escritos de Eurídice Figueiredo (2020, p. 136), que escreveu o seguinte: "Numa época em que as mulheres valiam pelo dote que tinham, muitos homens as desposavam por causa do dinheiro."

Em uma outra passagem da narrativa, Diogo, descontente com a relação, pensa em devolver Clara Joaquina aos pais, mas logo afasta essa possibilidade. Desse modo: "Pensou até em devolvê-la à família, mas pensou também nas lavras e decidiu que não. De qualquer maneira, ele tinha se casado pelas barras de ouro fino e pelos filhos que pensava ter" (Silveira, 2002, p. 166).

"Clara Joaquina se tornou, de fato, uma prisioneira, e sua vida, um pequeno inferno naquela fazenda isolada" (Silveira, 2002, p. 166). Clara Joaquina não é feliz no casamento e, dentre as várias causas, está o fato de o esposo não aceitar seus pensamentos e ações. Fica evidente, portanto, a situação opressiva desta na relação: o esposo não respeita a sua opinião, tampouco seu corpo. Nesse sentido, o marido é quem possui poder nesta relação, assim: "não há espaço para a mulher se libertar dentro dessa política do casamento que tenta controlar seus atos e seus pensamentos" (Figueiredo, 2020, p. 205).

É importante observar como é caracterizada a situação da mulher-esposa na obra, por meio da protagonista Clara Joaquina, existe a denúncia de um sistema cultural hegemônico e simbólico, que opriime a mulher, obrigando-a a se inserir em uma condição de submissão simbólica imposta pelo meio social em que vive.

Nesse sentido, Butler (2001, p. 144) aborda as imposições culturais da identidade de gênero e sexual como construtos sociais, pois "a desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefatos da história". Entende-se que a questão da normalização desse tipo de poder vem de um contexto histórico machista, no qual a mulher é vista como objeto sexual; aquela que precisa aceitar e entender que o casamento é uma extensão social da subserviência, em especial, ao marido.

homem se definia pela dedicação ao trabalho, pois sua obrigação fundamental era prover a subsistência da família. Emergia, assim, uma imagem assimétrica da relação homem/mulher, ou seja, do homem exercendo completa dominação sobre a mulher submissa (Corrêa, 1983 *apud* Priore 2004, p.319-320)

A relação de poder, na obra, nos mostra a desigualdade na qual a mulher se encontra. As intersecções entre essas relações são de exclusão. É assim que o poder age, controlando a vida da personagem, conforme é evidenciado: "De fato, mal falava com a mulher" (Silveira, 2002, p. 166).

As subjugações de gênero, na narrativa de Silveira, corroboram com a ideia de desigualdade proposta por Michel Foucault "as correlações de força múltiplas que se formam e

atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social” (1988, p. 91).

Clara Joaquina, à sua maneira, tentava resistir a todo processo de dominação imposto. Mesmo diante da máquina opressora do sistema patriarcal, ela se movimentara, tentando romper com o poder e a obrigação de ter filhos. Isso posto, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2012, p. 132).

Nesse sentido, os instrumentos de luta e subversão praticados pela personagem afirmam sua autonomia em não se deixar obedecer pelas inscrições sociais impostas ao seu corpo. Nesse viés, seu corpo-território⁴ traz as marcas de uma violência que não consegue conter, contudo, ela se mantém resistente, porém seu corpo visto como um território conquistado não está inerte no sistema, assim a personagem não teve o direito de escolher a maternidade, por essa e outras razões, a vida dos dois torna-se uma guerra invisível:

Então é assim, a senhora pamponha não quer ter filhos? Pois veremos. E passou a encostá-la vezes sem conta nas paredes, nos dias em que passava na fazenda. Essa guerrinha particular com Clara Joaquina passou a ser, para ele, um substituto, talvez o único possível, para o casamento irremediavelmente errado desde o princípio (Silveira, 2002, p. 169).

Como já mencionado, a personagem, então, passa a sofrer violência sexual. Sobre essa ideia de subserviência dos corpos, Figueiredo (2020, p. 302) vem dizer que: “Os homens abusadores exercem o poder sobre os corpos das mulheres porque a sociedade machista e misógina em que vivem lhes outorga esse poder”.

A própria sociedade, como afirma a pesquisadora na citação acima, impõe esse poder ao homem que julga no direito de ter posse e poder sobre a esposa. Nesse sentido, Clara Joaquina, contra a sua vontade, engravidou. Os sentimentos por ela sentidos, nesse momento, são intensos: ela sente ódio do marido. Conforme Simone de Beauvoir (2016, p.190, v.2): “o ato de amor é, da mulher, um serviço que presta ao homem; ele toma seu prazer e deve em troca alguma compensação. O corpo da mulher é um objeto que se compra; para ela, representa um capital que ela é autorizada a explorar”.

O corpo, como objeto, é compreendido enquanto a premissa em se pensar e se afirmar que a mulher tem a obrigação de servir ao homem. Essa objetificação permanece no imaginário de alguns homens atualmente, contudo, observamos, felizmente, debates sociais quanto às violências sofridas pelas mulheres, o abuso sexual ou discussões acerca do direito ao aborto, direitos iguais e oposições contra certas agressões ao corpo da mulher e alguns estereótipos, dentre eles a ideia de que a natureza feminina precisava ser domada pelo masculino.

⁴ “corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação” (Gago, 2020, p. 107).

Na obra estudada, ao tentar desregular regras patriarcais, Clara Joaquina, que se recusa ser mãe, é abusada sexualmente pelo esposo, que, simbolicamente, demarca a posse do corpo-território. Nesse contexto,

[...] o corpo é investido por relações de poder e dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso, num sistema de sujeição (...); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault, 2015, p. 29).

Foucault expõe o corpo humano como objeto, tendo valor de produzir alguma utilidade, é dessa maneira que o esposo de Clara Joaquina a disciplinou como subalterna integrando-a ao sistema de produção, desse modo, “O controle da sociedade sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo” (Foucault, 2009, p. 210).

Um dos momentos da obra que Clara Joaquina mais se mostra à frente de seu tempo e do sistema imposto é quando esta desregula a norma ao trair o marido. Nos apropriamos, aqui, do conceito teórico de Butler (2001), que argumenta que desregular normas é o movimento de não aceitar, de forma deliberada, o que é imposto. Clara Joaquina foi obrigada a ter filhos, como protesto por ter sido violada, ter sido tocada e ter o seu corpo invadido, decidiu se relacionar com outro homem, a fim de que seu esposo soubesse e sentisse que, naquele momento, ela disse não, ainda que isso lhe custasse a vida. Este foi, sem dúvida, o momento de maior rebeldia contra o sistema.

A partir desse momento, ela “Sentia-se vitoriosa, como nunca se sentira antes. Conseguira o que tanto queria, e isso era de fato, de fato, tudo o que lhe importava” (Silveira, 2002, p. 174). O não ao sistema ainda foi mais forte quando Clara Joaquina, conforme ia sendo esfaqueada pelo marido após descobrir a traição, diz que a filha não era dele. Diante do exposto, de acordo com Rachel Soihet (2020, p. 381): “Alguns países chegavam a adotar a norma de impunidade total em favor do marido que “vingasse a honra” ao surpreender sua mulher em adultério”. Nesse contexto, Diogo não sofreu punição alguma pelo assassinato da esposa, pois, entendia-se que o personagem “lavou a honra com sangue”, comportamento este tão fortemente defendido nas culturas do século XVIII, conforme a historiografia nos mostra.

Quando a mulher desregula uma regra, ela passa a sofrer muitos preconceitos e discriminações, além disso, muitas delas pagaram com a própria vida. No romance, observa-se a situação subalterna da personagem ligada a uma estrutura tradicional e cultural que a coloca em uma condição de menor importância social, restando-lhe apenas duas funções simbólicas: obedecer ao esposo no casamento e lhe dar filhos.

Diante disso, para Figueiredo (2020, p. 106): “O destino que era reservado à mulher na sociedade se limitava ao casamento e à maternidade, a mulher que tentasse sair da norma seria condenada ao fracasso, à marginalidade, à alienação, quiçá ao suicídio”. Nesse sentido, percebe-se as várias exclusões sociais voltadas para a mulher que ousasse sair da norma que lhe era imposta. Logo, acontecia uma aversão ao feminino, pois ela era sacrificada em vida ou com a morte por se opor às questões normativas. Nesse intento, Maria Kehl, ao abordar sobre os

deslocamentos do feminino, afirma que a partir do século XVIII cria-se o ideal de feminilidade, que ainda é observado nos nossos dias. Esse ideal, de acordo com a pesquisadora, tem a função de “promover o casamento, não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar” (Kehl, 2016, p. 38).

O discurso acima analisado pelas mulheres e avaliado por elas mesmas como ultrapassado, ainda vigora no imaginário de muitos homens, que procura, na mulher, aspectos de feminilidade, tais como ser bela, possuir dotes culinários e domésticos. Esses aspectos são cobrados por alguns homens ao escolher suas esposas, pois esses atributos serão uma forma de destacar o lugar da mulher-esposa na sociedade. É importante frisar que esse conjunto de comportamentos que oprimem a mulher e que são caracterizados como relações de poder entre os gêneros, marginalizam e a coloca em um contexto de violência no qual o direito de defesa não existe.

O contexto da violência sexual sofrida pela personagem Clara Joaquina nos mostra que a narrativa de Maria José Silveira problematiza, por meio da personagem feminina, as ideologias do gênero masculino como repressivas, que influenciam na representação da história da mulher de forma negativa, colocando-a como submissa sem ter lugar de fala. O patriarcalismo nos mostra quem tem domínio de fala e se encontra em uma estrutura dominante. Assim, as relações de poder entre gêneros são identificadas em meio as condutas colocadas a eles, aliás, essa cobrança se aplica, essencialmente, à mulher.

A vida de esposa não fez Clara Joaquina feliz, pois não houve a realização humana que esperou. Apesar de tentar fugir da situação que vivia: “A cada dia, o dia inteiro, Clara Joaquina imaginava uma maneira de sair dali” (Silveira, 2002, p. 167), a personagem não escapou do destino imposto à mulher que se mostra à frente do seu tempo: foi mãe e morta pelo marido.

Ótica masculina do patriarcado: degradação seguida de morte de Clara Joaquina

A mulher foi, durante muito tempo, vítima de uma sociedade patriarcal, que valorizava o homem enquanto ser inteligente e capaz, porém a figura feminina tinha sua condição existencial reduzida à apenas duas funções: ser mãe e esposa. Durante esse quadro de diferenças entre gêneros, a mulher foi submissa e obediente, sendo considerada como um ser sem inteligência, pois a inteligência cabia ao homem.

Segundo Alfredo Bosi (2013), os séculos XVIII e XIX foram marcados pela cultura patriarcal, na qual casar representava a situação mais confortável e respeitável que a mulher poderia alcançar. Sua beleza era muito valorizada e era preciso manter-se sempre bela para atrair olhares masculinos e, possivelmente, conseguir um casamento. Para além desse fato, manter-se sempre bela era também uma maneira de sentir prazer, que alimentasse, sobretudo, o ego feminino. Assim:

(...) A mulher é vaidosa sempre, quer ser amada, admirada por sua beleza e por seus vestidos. Quer para seu marido um homem em alta posição para elevar ela também; quer estar de salto, coberta de seda e de brilhantes,

deslumbrando os homens e ser invejada pelas outras mulheres. No casamento isso é tudo, e o amor é quase nada (Macedo, 2015, p. 206-207).

Nessa direção, o contexto temporal de produção da narrativa, conforme já citado, caracteriza uma sociedade altamente patriarcal, na qual o fato de não se casar tinha forte peso para as mulheres. É como se estas “fracassassem” socialmente. Além disso, recebiam o nome de “solteironas” e, aliás, representavam um peso e vergonha para a família. Ou ainda:

Uma mulher com mais de vinte anos de idade, sem a perspectiva de um casamento, corria o risco de ser vista como encalhada, candidata a ficar para a *titia*. Aos vinte e cinco anos, considerada uma *solteirona*, o que já era fonte de constrangimento. Um homem de trinta anos, solteiro, com estabilidade financeira, ainda era visto como um *bom partido* para mulheres mais jovens (Magalhães, 2017, p. 619).

Com referência ao poder masculino em detrimento do feminino, temos, por exemplo, a personagem Clara Joaquina, que emerge da ficção, evocando curiosidade, escândalo e reflexões sobre o comportamento feminino e todos os estereótipos que giram ao redor da condição do ser mulher no Brasil do século XVIII.

Clara Joaquina foi, assim, confeccionada sob a ótica do patriarcado, logo, o fim trágico de Clara Joaquina ressoa a ideia de que o poder hegemônico da sociedade da época não perdoa mulheres que desregulam o padrão que foi imposto. Por outro lado, a morte de Clara Joaquina é, sem dúvida, a personificação da liberdade, haja vista que, ao escolher adulterar, ela sabia que, após seu esposo descobrir, ela seria morta. E ainda sabendo que seria morta, ela não ficou triste, ao contrário, ficou feliz, pois a morte, naquele contexto, representava a liberdade. Era preferível morrer a permanecer naquele casamento. Dito de outro modo, a morte de Clara Joaquina significou a verdadeira “hora da estrela”, traçando, aqui, uma interface com o romance clariceano.

Assim como Macabéa, que se mostrava feliz no momento de sua morte, pois sentiu que, pela primeira vez, foi vista enquanto pessoa, Clara Joaquina, ao ser esfaqueada pelo esposo e sentir que estava desfalecendo, sentiu-se feliz, pois entendeu o seu homicídio como sendo a resposta da dor do seu esposo, a dor da traição, da subversão. Além disso, Clara Joaquina sabia que agora seria uma mulher livre, pois não haveria mais prisão a partir de sua morte física. Na passagem do romance que se observa logo abaixo, destaca-se a representação desse momento simbólico:

Quando a faca de Diogo Ambrósio penetrou em seu peito, depois de matar o amante, ela se surpreendeu, é verdade, mas, passada a desconcertante percepção do sangue encharcado seu vestido de tafetá azul, ela realmente, no fundo, no fundo, não se importou tanto assim. Sentia-se vitoriosa, como nunca se sentira antes. Conseguira o que tanto queria, e isso era de fato, de fato, tudo o que lhe importava. [...] E morreu ali, com um sorriso de gelo nos lábios,

certa de que então, naquele último momento, completara sua magnífica vingança (Silveira, 2002, p. 174).

Como vimos no romance de Maria José Silveira, com as transformações sociais, industriais e econômicas, a mulher começou a questionar o seu estar no mundo. Clara Joaquina não teve um final feliz, pois a morte, mesmo que em algumas culturas orientais assuma uma semântica de liberdade, no romance, ela representou a punição da sociedade diante da realidade de mulheres adúlteras: devem ser mortas ou punidas.

Outro ponto no romance, e não menos importante que os demais que já foram aqui pontuados, diz respeito ao fato de que a escritora imprime sua personagem com uma visão positiva de gênero no sentido de que apesar de as mulheres, dessa época, terem sido totalmente controladas socialmente e de terem suas subjetividades oprimidas pelos patriarcas das famílias, ora esposo, ora pai, a maioria delas era inteligente, esperta, dona de um raciocínio lógico perspicaz. No entanto, por vezes, essas mulheres eram obrigadas a mostrar fragilidade e indiferença diante dos acontecimentos sociais, uma vez que se deixassem claro essas habilidades intrínsecas não seriam compreendidas e, possivelmente, viriam os julgamentos de que elas estavam querendo “desviar-se” das ordens dos maridos. Ou para aquelas que ainda não haviam casado, o rótulo seria de que não serve.

A esse respeito, Carmem Barroso pontua-se que:

As personagens femininas da ficção literária do século XVIII estão, por vezes, vinculadas a uma sociedade patriarcal onde a burguesia e a religião tinham valores determinantes. A sociedade ditava as regras e as mulheres obedeciam. Entretanto, existe, na literatura, a representação de mulheres que subverteram as normas simbólicas impostas pelo patriarcado. Essas mulheres são, geralmente, personagens fortes, determinadas e desafiadoras, lutando por liberdade de expressão e buscam ser donas de si (Barroso, 2007, p. 65).

Considerando o fragmento de Barroso (2007), observa-se, no romance, que Clara Joaquina, apesar de todas as prisões simbólicas que vivia rodeada, representou uma mulher transgressora, visto que tinha discernimento de que a realidade na qual vivia não era a sua verdade. Diferente das outras mulheres que se conformavam com a subserviência no casamento, a personagem se mostrava inconformada e sedenta por liberdade, pagando com a própria vida o preço dessa liberdade.

Diante do exposto, pensemos: a cultura do patriarcado e as desigualdades históricas impostas, denunciadas no romance de Maria José Silveira, foram vencidas? Ao observarmos a condição da mulher, hoje, e os altos números de feminicídios sofridos por mulheres em todo o mundo, percebemos que não, as desigualdades simbólicas entre os gêneros não foram vencidas, sobretudo, ganharam novos contornos. Sobre esse assunto, Télia Negrão, jornalista e integrante da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas, em uma entrevista concedida ao *site* de notícias *Brasil de Fato* (BdF), em maio de 2021, afirmou que a prática do feminicídio aumentou em 2021. Segundo ela:

A violência contra as mulheres tem raiz numa cultura patriarcal, machista, que trata as mulheres com inferioridade, que delega aos homens o poder sobre suas vidas, seus corpos, suas ideias. É uma cultura que dá alta legitimidade aos homens para domesticar as mulheres e moldá-las de acordo com seus padrões e referências, e se necessário, matá-las (...) a média mensal de feminicídios tem sido de 8,5 mortes de mulheres contra 6,5 ao mês em 2020.

Considerando as ponderações dada por Negrão (2021), inferimos que os altos índices de homicídios envolvendo mulheres se justifica pela predominância de uma cultura machista e patriarcal ainda bastante forte na sociedade. Esse fato persiste, sobretudo, porque as políticas públicas efetivas de combate e proteção às mulheres não atuam como deviam. As próprias delegacias, por vezes, mediante casos de denúncia de agressão física, ignoram o fato.

As considerações fatuais, aqui, levantadas, casos de feminicídio que aumentaram em 2021, reforçam quão o patriarcado exerce, ainda, controle e poder sobre as mulheres, que são, nos mais diferentes aspectos, reificadas e reduzidas a uma condição existencial de objeto. E é justamente sobre esse movimento de reificação do gênero feminino que a narrativa de Maria José Silveira problematiza.

Portanto, o patriarcalismo ainda existe e em proporção bastante expressiva. Do século XVIII para o século XXI, ocorreram muitas mudanças estruturais, mas a principal mudança que se esperava não ocorreu: algumas mulheres continuam sendo tratadas como propriedade do homem, isto é, as representações simbólicas de violência de gênero ainda não foram totalmente vencidas.

Diante do exposto, a literatura se nutre, para além de suas funções estéticas, de movimentos políticos que denunciam e revelam ideologias misóginas. De acordo com o crítico literário Antônio Cândido (2002, p. 79) “[...] é difícil pôr de lado os problemas individuais e sociais que dão lastro às obras e as amarram ao mundo onde vivemos”. A literatura, por ser também a representação da realidade, leva o leitor a refletir sobre aspectos sociais, descortinando mecanismos de injustiças e poder.

Conclusão

A Literatura, para além de ser uma representação artística e cultural, é um ato político, que ressoa denúncias e, por conseguinte, evoca transformações sociais, pois, por meio dela, muito se consegue e conseguiu. Nesse sentido, o romance *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, de Maria José Silveira nos convida a pensar sobre a situação da mulher na sociedade do século XVIII e atual, bem como propõe novos olhares sobre a identidade feminina e, sobretudo, a masculina, uma vez que, quando se pensa nas desigualdades de gênero, não somente se entende que a situação da mulher deverá ser mudada, mas a do homem também, que precisa reconhecer que as relações entre os gêneros não devem ser sobrepostas, mas simétricas.

Considerando as questões de gênero e do silenciamento das vozes femininas que foram pontuadas ao longo deste trabalho, destacamos que a personagem Clara Joaquina, de Maria José

Silveira, desnuda a maneira como o homem impõe poder, imputando uma relação verticalizada e, sobretudo, marcada por jogos de manipulação e controle construídos historicamente, no qual a mulher é oprimida e tem seus direitos negligenciados, entendidos, por vezes, como privilégio, pois muitas são as vezes que a própria cultura questiona os direitos femininos já adquiridos, afirmando que eles são privilégios concedidos.

Na narrativa silveiriana, identificamos o patriarcado latente como uma forma de denunciar a violência sofrida pela personagem Clara Joaquina, e por tantas outras “Joaquinas” existentes fora da ficção, que também é e foram vítimas do feminicídio. O fim trágico da personagem é uma extensão daquilo que ocorre na realidade: homens matam mulheres quando estas decidem não mais serem controladas, submissas ou, porque não dizer, subalternas a eles. Além disso, importa destacar, ainda, que o feminicídio, por vezes, ocorre por mera suposição do agressor, ou seja, mesmo quando a mulher não fez nada, não “quebrou” nenhuma “norma”.

A literatura, por meio da palavra e seus arranjos estéticos, reflete, de forma verossímil, a realidade e o contexto social-histórico de uma época. Nesse sentido, a expressividade, sua matéria-prima, tudo traduz e revela pela arte do dizer.

É desse modo que a literatura se complementa de forma organizada, em sua lógica interna, por processos e estratégias estéticas-políticas, ou seja, mazelas sociais são problematizadas e debatidas por meio de uma linguagem estética.

No romance, a história desenvolve um processo autorreflexivo no leitor, é como se o texto literário desenvolvesse novas possibilidades de significação por meio dos diversos comportamentos da personagem que envolve a trama, essa intenção observada na narrativa é estabelecida pela análise dos acontecimentos e problematizações relacionadas à verossimilhança literária.

Por fim, essas questões reforçam o quanto o processo de criação artística de Silveira está interseccionado pelas fronteiras entre literatura e história em que o passado revisitado nos faz perceber que o patriarcado e o poder eram sustentados por um controle e abuso do corpo da mulher. Dessa maneira, a narrativa denuncia o tratamento impiedoso dado Clara Joaquina como forma de moldá-la as normas sociais.

Portanto, acreditamos que o objetivo desse trabalho foi atingido, uma vez que foi problematizado, por meio de uma análise crítica-literária, o estar da mulher na sociedade. Como resultados esperados, desejamos que esta pesquisa possa ampliar o debate social sobre patriarcado e violência doméstica. Além disso, de caráter não conclusivo, o estudo aqui proposto visa contribuir para as pesquisas sobre gênero e sociedade, de modo geral, podendo seu *corpus* ser aprofundado em pesquisas futuras.

Referências

BARROSO, Carmen. *Literatura, Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, UNICEF, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Millit.3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOSI, Alfredo. *Entre a Literatura e a História*. S. Paulo: Ed. 34, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: *Cadernos pagu* (42), janeiro-junho de 2014.

CANDIDO, Antônio. *A literatura e a formação do homem*. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34. 2002.

DEL PRIORE. Mary (org.); *História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ENGEL, Magali. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I*. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala* (2006 [1933]) – Gilberto Freyre.
Gilberto Freyre e as ambiguidades de Casa-grande e senzala (On-line) – Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-12/embargos-culturais-gilberto-freyre-ambiguidades-casa-grande-senzala>. Acesso em: 08 set. 2024.

GAGO, Verônica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo* / Verônica Gago; tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Os dois amores*. São Paulo: W.M. Editores, 2015.

MAGALHÃES, Marionilde. *Mulheres na história: Paraná século XIX e XX*. Curitiba: UPPR, 2017.

NEGRÃO, Télia. *Feminicídios aumentam em 2021*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/24/feminicidios-aumentam-em-2021-e-pesquisa-dora-alerta-sobre-perigo-para-mulheres-do-rs>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SILVEIRA, Maria José. *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.

SOIHET, Rachel. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

Data de submissão: 15/10/2024

Data de aceite: 18/03/2025